



Mais um ano está findando. É o momento de olharmos para trás e percebermos o quanto foi importante estarmos juntos, nas lutas e nas conquistas. A batalha foi dura, mas a vitória foi gratificante!

Mais do que nunca, esse Natal nos dá a possibilidade para refletirmos sobre a necessidade de amor, tolerância, fraternidade e paz rumo à construção da sociedade que queremos.

Um NATAL fraterno e um ANO NOVO próspero é o que o Pactu deseja a todas as bancárias, bancários, familiares e amigos!



Página 2

Pressão adia votação de projeto que ameaça direito de greve dos bancários

A matéria foi retirada da pauta de votação no dia 07/12, mas pode voltar a qualquer momento

Bancários do Santander realizaram protesto nacional

O protesto aconteceu no dia 06/12, em agências de todo o país. Os funcionários do Santander estão desgostosos com a obrigatoriedade imposta pelo banco, de compensar as horas não trabalhadas durante os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo. Outro problema são as terceirizações que estão ocorrendo num processo extremamente acelerado no banco.

Página 3



BB e Caixa terão papel fundamental na reconstrução do Brasil, a partir de 2023

Página 3

Eleita a nova Direção do Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região



No dia 08/12, bancários e bancárias de Umuarama, Assis Chateaubriand e região elegeram a nova Direção da entidade, para um mandato de quatro anos. Única inscrita para a disputa, a Chapa 1 – Compromisso, Resistência e Luta recebeu 299 votos, o que significa uma aprovação de 98,7% do total de votantes. A chapa é encabeçada pelo bancário Wilson de Souza, do Bradesco, que está sendo reconduzido ao cargo de presidente do Sindicato, e conta com participação de outros membros da atual Direção e de bancários novos que estão chegando para somar forças à luta da

categoria. Ao agradecer a participação dos bancários e bancárias na votação, Souza lembrou que o período que se encerra foi de muita luta e grandes dificuldades na defesa dos interesses da categoria.

No entanto, o Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região “foi combativo, participou ativamente das atividades organizadas pela Contraf-CUT e pelo Comando Nacional dos Bancários e ajudou impedir que muitos direitos históricos das bancárias e bancários fossem destruídos”, afirmou, citando também alguns avanços conquistados ao longo dos últimos anos, garantidos na Convenção Coletiva dos Bancários.

Com a posse do novo presidente da República, em 1º de janeiro, o ano 2023 deverá iniciar com um novo projeto político, econômico e social no país. E, segundo Souza, o compromisso da nova Direção do Sindicato é não só lutar pela manutenção dos direitos, mas avançar na luta por novos benefícios para a categoria bancária.

A defesa do emprego, aumento real dos salários, melhorias na PLR e auxílios diversos e continuar na luta em defesa das empresas públicas, especialmente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, estão entre as metas de trabalho da Diretoria eleita.

Plenária da Fetec-CUT/PR debateu o futuro do Brasil

A Fetec-CUT/PR realizou, no dia 03/12, a Plenária Anual do Sistema Diretivo. Ao longo de quatro horas, os participantes analisaram o ano de 2022 e o que esperar para 2023, com Luiz Inácio Lula da Silva novamente como presidente da República. O debate trouxe o consenso de que mesmo com a vitória de Lula, o trabalho será muito árduo, uma vez que o cenário de terra arrasada deixado pelo atual governo vai trazer muitas dificuldades. “Há um ano, vivíamos um clima de incerteza e de muita tensão. Era o fascismo contra a democracia. Felizmente, superamos a tudo e a todos”, disse o presidente da Fetec, Deonísio Schimidt. Além de dirigentes sindicais bancários do Paraná, a Plenária contou ainda com as presenças do presidente da CUT/PR, Marcio Kieller, da presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, e do coordenador do GT de Trabalho da equipe de transição do governo Lula, Clemente Ganz Lucio. Os presentes aprovaram as contas da Fetec e o remanejamento da diretoria, com Admilson Figueiredo assumindo a Secretaria de Combate ao Racismo e Wilson Souza, diretor do Pactu em Umuarama, assumindo a Secretaria Jurídica.

Feminicídio recorde

No momento em que o governo de Jair Bolsonaro (PL) reduziu drasticamente os recursos destinados ao enfrentamento da violência contra a mulher, houve um recorde no número de feminicídios no Brasil. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no primeiro semestre, 699 mulheres foram assassinadas por causa de sua condição de gênero – o maior número já registrado no período. O dado indica que uma média de quatro mulheres são vítimas de feminicídio diariamente no país. Comparado a igual período de 2021, quando 677 mulheres foram assassinadas, houve um aumento de 3,2% neste ano. O crescimento chega a 10,8% em relação ao número de feminicídios registrados em 2019 – 631 casos. Em 2020, 664 mulheres foram mortas.

Educação em estado de 'asfixia'



Levantamento divulgado pela equipe de transição do presidente eleito, Lula (PT), mostra que o Ministério da Educação não tem verbas para a compra de livros didáticos, o que vai atrapalhar o início do ano letivo em 2023. A lista de problemas é muito grande, atingindo da educação infantil à superior. A falta de recursos prejudica principalmente as universidades e institutos federais de educação técnica e tecnológica, que não têm dinheiro sequer pagar contas de serviços básicos como luz, água e segurança.

INSS pode fechar agências

Os bloqueios orçamentários que marcam o fim do atual governo podem paralisar os serviços do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). O INSS alertou que “a falta dos recursos causará grave prejuízo ao funcionamento da Autarquia, ocasionando suspensões de contratos e deslocamentos de servidores de forma imediata, impactando, conseqüentemente, no atendimento à população e na prestação dos serviços essenciais”. Isso poderá levar ao fechamento de agências, suspensão de perícias, atrasos em pagamentos do INSS e interrupção de contratos com terceirizados. O comunicado foi feito pelo presidente do INSS, Guilherme Gastaldello.

Santander

TRABALHADORES PROTESTAM CONTRA COMPENSAÇÃO DE HORAS



Manifestação em Guarapuava



Manifestação em Paranavai

Bancários e bancárias do Santander realizaram protestos em agências de todo o país contra a obrigatoriedade imposta pelo banco, de compensar as horas não trabalhadas durante os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo. A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander afirma que o banco está indo na contramão de todos os bancos que atuam no Brasil. O protesto aconteceu no dia 06/12, com ações dentro e fora das agências Santander, manifestações com pronunciamento de lideranças sindicais e entrega de panfletos, para reivindicar o abono das horas não trabalhadas por conta dos jogos do Brasil. A COE Santander também aproveitou as manifestações para dialogar com os funcionários e clientes sobre as terceirizações que estão ocorrendo num processo extremamente acelerado no Santander. Os sindicatos do Pactu participaram da mobilização, com manifestações em agências do Santander nas principais cidades.



Acesse e leia mais!

Pressão adia votação de projeto que ameaça direito de greve dos bancários



O Projeto de Lei 817/2022, que ameaça o direito de greve da categoria bancária, ao alterar a Lei 7.783/1989 (Lei de Greve) e definir os meios eletrônicos de pagamentos e transferências bancárias como serviço essencial, estava na pauta de votação no dia 07/12, na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, mas foi retirado após pressão da representação sindical da categoria. A Contraf-CUT informou que a retirada da matéria da pauta de votação foi o resultado de um trabalho articulado com deputados comprometidos com a classe trabalhadora. O projeto do deputado Kim Kataguirí (União/SP) é pernicioso. Com o acolhimento, pelo relator, de uma emenda do deputado Eli Corrêa Filho (União/SP), ficou ainda pior e praticamente anula o direito de greve da categoria bancária, prejudicando a correlação de forças nas mesas de negociações com os bancos. A retirada da matéria, no entanto, é momentânea. A Contraf-CUT orienta a categoria a se manter mobilizada no sentido de pressionar os deputados para que este projeto seja definitivamente engavetado.



Acesse e leia mais!

O papel do BB e da Caixa

Representantes do funcionalismo da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil entregaram à equipe de transição do governo eleito, Lula (PT), documentos onde reivindicam o fortalecimento do papel das empresas como indutoras do desenvolvimento do país.

Segundo dados da Serasa Experian, a quantidade de empresas inadimplentes no Brasil bateu recorde em 2022. O crescimento foi de 8,5% em outubro, chegando a 6,33 milhões de companhias com operações em atraso. Essa é a maior quantidade já registrada desde o início da série histórica, em 2016. Já o índice de famílias endividadas no Brasil chegou a 79,3% em setembro. Esses números seriam

muito menores se houvesse a atuação dos bancos públicos com a oferta de juros a taxas reduzidas, ajudando a gerar empregos e manter a saúde financeira das empresas. Ao invés disso, nos últimos anos, as direções do BB e da Caixa, com ampla interferência política, passaram a praticar taxas altas na oferta de empréstimos e reduzir a carteira de crédito, se assemelhando aos bancos privados. Ao entregar o documento ao governo de transição, a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) reforçou que a expectativa é que, a partir de 2023, com a mudança de gestão e das políticas econômica e social, o BB e a Caixa voltem à posição de pilares do desenvolvimento nacional.

Bolsonaro deixa o governo quebrado, sem caixa até para pagar aposentadorias



Inúmeros problemas orçamentários, com impactos sobre o cotidiano da população, são o retrato de um desfecho dramático do governo Jair Bolsonaro (PL). Restando menos de três semanas para a posse do presidente eleito, Lula (PT), a situação financeira do governo é desesperadora, a ponto de ameaçar paralisar a máquina administrativa e faltar recursos até mesmo para pagamento de aposentadorias e pensões no mês de dezembro.

A equipe de transição do novo governo classifica a má gestão de Bolsonaro e do banqueiro Paulo Guedes, ministro da Economia, como uma irresponsabilidade jamais vista desde a redemocratização do país. Grande parte do problema está na ganância que Bolsonaro fez para tentar “comprar” sua reeleição. Um exemplo é o esquema chamado de Orçamento Secreto, que distribuiu bilhões de reais para parlamentares amigos, como Arthur Lira (PP/AL), presidente da

Câmara dos Deputados, sem controle sobre como ou onde é gasto o dinheiro. Os militares de alto escalão receberam supersalários, que em alguns casos chegaram a R\$ 1 milhão ou mais em um único mês. E no período da campanha eleitoral, os gastos sigilosos no cartão corporativo do governo Bolsonaro aumentaram 108%.

A farra com o dinheiro público deixou o caixa do governo com apenas R\$ 2,4 bilhões para custear todas as despesas discricionárias dos órgãos governamentais, ou seja, compra de materiais, pagamento de contratos e outros compromissos. Sem dinheiro para cobrir todas as despesas, a administração sofrerá um apagão. Áreas como saúde, educação, meio ambiente e justiça estão estranguladas e algumas atividades já foram paralisadas.



Acesse e leia mais!

GESTÃO PRECÁRIA

Sem verba, SUS atrasa mais de 1,1 milhão de procedimentos

A gestão desastrosa de Jair Bolsonaro (PL) em todas as áreas tem sido escancarada pela equipe de transição do presidente eleito, Lula (PT). Diariamente, os técnicos apontam as mazelas cometidas pelo atual presidente, e uma das áreas que mais afeta a população é a má gestão da saúde. Além disso, os bloqueios de R\$ 3,8 bilhões prejudicam o atendimento de doentes e até mesmo dos que gostariam de fazer exames de prevenção rotineiros. Há falta de dados oficiais na área da saúde, como por exemplo a fila do Sistema Único de Saúde (SUS) o estoque de vacinas, especialmente às de covid-19 e muito menos planos de ação para combater a pandemia e para melhorar os índices de vacinação infantil. Enquanto o Ministério da Saúde não fornece os dados oficiais, quem está levantando as consequências das mazelas do atual governo são pesquisadores como os da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que diagnosticaram haver um atraso de 1.102.146 procedimentos médicos no SUS, entre os anos de 2020 e 2022. Entre os procedimentos com maior déficit destacam-se vários tipos de cirurgias. As consultas médicas regulares e especializadas também foram bastante afetadas. Segundo os pesquisadores da Fiocruz, a situação é gravíssima.

Aprovar PEC da Transição é questão humanitária

O presidente eleito, Lula (PT), quer que o novo Bolsa Família pague além dos R\$ 600 mensais, mais R\$ 150 por cada criança até seis anos. Ele disse que o combate à fome será uma obsessão do seu terceiro governo, necessidade essa reforçada pelos últimos números apresentados por pesquisa do IBGE. Segundo o levantamento, a fome já atinge 46,2% da população de meninos e meninas até 14 anos de idade. O rastro de miséria deixado pela destruição das políticas sociais no governo Jair Bolsonaro (PL) tem impacto especialmente na parcela mais vulnerável: as crianças. Em quatro anos, o atual governo conseguiu dismantlar toda a rede de proteção social, não investiu na melhoria da renda da classe trabalhadora, criou empregos precários, sem carteira assinada e com salários rebaixados.

A situação se agravou com a alta descontrolada nos preços dos alimentos e a péssima qualidade da merenda ou a falta dela nas escolas. Para completar, o caixa do governo está vazio e o rombo nas

contas é grande. Para reverter esse quadro é preciso que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, articulada pela equipe de Lula, seja aprovada pelo Congresso Nacional. O futuro governo pede a liberação de R\$ 198 bilhões ao ano fora do teto dos gastos públicos para recuperar o Bolsa Família, aumentar o salário mínimo e recompor programas sociais que Bolsonaro destruiu.

É nesse sentido que o novo governo caminha e já soma os primeiros resultados positivos: a PEC já foi aprovada pelo Senado, o que já é um alento para 33 milhões de brasileiros que não tem comida no prato. A aprovação da proposta é uma questão humanitária e, portanto, é o mínimo que se pode esperar de um Congresso que teve grande parcela de culpa nessa tragédia social.



Acesse e leia mais!